

Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul:

transformações em tempos de globalização
(1991-2010)

**Álvaro Luiz Heidrich
Paulo Roberto Rodrigues Soares
Iván Gerardo Peyré Tartaruga
Rosetta Mammarella
Organizadores**



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Núcleo de Porto Alegre



Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul:

transformações em tempos de globalização
(1991-2010)



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Núcleo de Porto Alegre



Instituto
Latino-Americano
de Estudos Avançados



© 2016 – Autores

Revisão

Paulo de Toledo

Projeto gráfico e diagramação

Ronaldo Machado | Letra1

Impressão

Gráfica da UFRGS

DADOS INTERNACIONAIS DE PUBLICAÇÃO
Bibliotecária Ketlen Stueber CRB: 10/2221

E82 Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul: transformações em tempos de globalização (1991-2010) / organização de Álvaro Luiz Heidrich [et al.]. – Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. 336p.

Outros organizadores: Paulo Roberto Rodrigues Soares, Iván Gerardo Peyré Tartaruga, Rosetta Mammarella.

ISBN 978-85-63800-20-6

DOI 10.21826/9788563800206

1. Geografia – territorialidade. 2. Urbanização. 3. Aglomeração populacional. 4. Ocupações. 5. Participação social. I. Heidrich, Álvaro Luiz. II. Soares, Paulo Roberto Rodrigues. III. Tartaruga, Iván Gerardo Peyré. IV. Mammarella, Rosetta. Título.

CDU 911
CDD 918

Disponível para download em
<http://www.lume.ufrgs.br/>



www.editoraletra1.com.br
CNPJ 12.062.268/0001-37
letra1@editoraletra1.com.br
PORTO ALEGRE - BRASIL

Este livro foi publicado
com o apoio financeiro da



Participação e juventudes: Relações geracionais e adultocentrismo no Orçamento Participativo de Porto Alegre¹

João Paulo Pontes

Luciano Fedozzi

INTRODUÇÃO

O tema da participação juvenil em processos sociais e políticos tem sido objeto de um número crescente de abordagens². A análise mais recorrente é a de que, em sua expressiva maioria, os agentes compreendidos como jovens estão, por um lado, vivenciando uma espécie de desinteresse em relação às instituições democráticas e, por outro lado, inventando ou reinventando formas não tradicionais e não institucionalizadas de exercício da cidadania³.

Boa parte das pesquisas tem buscado compreender as especificidades do que é ser/estar jovem nos dias de hoje, suas diferentes realidades sociais, as formas como os e as jovens vivenciam a condição juvenil e como se relacionam com a política. Entretanto, muitas concepções reproduzem definições de caráter essencialista, substancialista e naturalizada ao compreender juventude de forma isolada. Isto

¹ Versão resumida do Trabalho de Conclusão de Curso de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, tendo sido orientado pelo Prof. Dr. Luciano Fedozzi.

² Em espaços formais e informais, instituições de ensino, organizações da sociedade civil, meios de comunicação de massa, pesquisas, na definição de estratégias partidárias, na formulação de políticas públicas etc.

³ Destacadamente, em expressões e organizações artístico-culturais, ONGs e ativismo digital, tendo como principais temas de associação as lutas pela garantia dos Direitos Humanos (especialmente, gênero, sexualidade, raça/etnia e meio ambiente). O movimento estudantil brasileiro, tão expressivo nas décadas de 1960 e no período 1977-85 (na luta contra a ditadura militar), além da década de 1990 (movimento “caras pintadas”, pelo impeachment do presidente Fernando Collor de Melo), hoje passa por um quadro de refluxo de mobilização. Sobre este tema, ver Mische (1997), em que pese o entendimento mistificador, essencialista e psicologizante da autora sobre juventude, bem como ver ABRAMO (1997) e SPOSITO (2000).

é, escapa a essas concepções a *dimensão relacional e histórica do objeto em questão*, mergulhando assim na *doxa*, no senso comum⁴.

Juventude é uma invenção, uma construção social. Bourdieu (1983, p. 112) polemiza: “é apenas uma palavra”⁵. Em um primeiro momento, é necessário reconstruí-la historicamente. Em quais condições surge a ideia de juventude como um período da vida? Imbricadas em quais relações de poder é produzida a periodização da vida em estágios evolutivos? Por quais transformações tem passado? O paradoxo⁶ sustentado aqui é o de que a construção social das juventudes é um fenômeno estruturalmente situado na dimensão das relações geracionais, relações estas forjadas em exercícios de poder e dominação, apresentando-se de formas distintas em contextos de classe, relações de gênero, etnia etc.

Com o processo de redemocratização das instituições políticas brasileiras, inúmeras inovações têm sido desenvolvidas com o intuito de garantir e promover a ampliação da participação da sociedade civil nas decisões públicas. Destarte, ao tratar do tema da inclusão/exclusão dos segmentos sociais nas várias Instituições Participativas, os estudos apontam, em geral, a baixa inclusão dos jovens nesses processos. O presente texto, resultado de investigação sobre a longa trajetória do destacado caso do OP de Porto Alegre, busca contribuir para compreender esse tema no âmbito da questão das assimetrias e da equidade da participação, temas caros ao debate atual sobre a qualidade e a efetividade das formas de democracia participativa. Ocorre que

(...) as práticas da democracia participativa não criam, por si só, oportunidades equânimes entre os grupos e indivíduos. Existem situações desiguais e assimétricas que constituem a estrutura social do país e a realidade local, e que exercem forte tendência de se reproduzir - não mecânica ou deterministicamente - em situações constituídas por um espaço comum para a tomada de decisões. No caso do OP aqui ilustrado, isso significa que essa inovação democrática reproduz, em parte, algumas desigualdades oriundas da disposição diferenciada ocupada no espaço social pelas camadas sociais, em função dos capitais socioeconômico, cultural e social. (...) A pressuposição da igualdade de condições e de tratamento igual entre desiguais incorre em contradição com o objetivo de transformar o processo de participação em ‘Escola de Cidadania’ (FEDOZZI, 2009, p. 29-30).

Os dados disponíveis sobre o perfil dos participantes do OP (FEDOZZI, 2007; FEDOZZI *et al.*, 2013) indicam uma predominância geracional contrastante com as

4 Consequentemente, ao tentar entender o porquê da baixa participação de jovens em instituições democráticas, utilizando-se de categorias estanques/desistorizadas para lhes definir, acabam legitimando e reproduzindo discursos que justamente impedem e/ou desestimulam a própria participação supostamente pretendida.

5 Alguns textos produzidos sobre juventudes no Brasil apresentam críticas à postura de Bourdieu sobre o tema. Entretanto, boa parte das críticas cita apenas o título do texto, sem dialogar com as demais questões apontadas pelo autor na entrevista.

6 “Não no sentido de aproximação à *doxa*, mas no outro sentido do prefixo grego *pára*: isto é, no de oposição à *doxa* dominante” (PAIS, 1990, p.139).

gerações hoje identificadas como de jovens⁷, sendo que esta predominância se amplia radicalmente conforme as instâncias contam com maior grau de representatividade e atribuições de poder em sua estrutura.

Assim, o problema que norteia a investigação se expressa nas seguintes perguntas sociológicas: O Orçamento Participativo de Porto Alegre é marcado pelo adultocentrismo como valor hegemônico e pela dominação gerontocrática? As dinâmicas de relações entre participantes do OP contribuem para a configuração de uma preponderância etária, agravada conforme a escala de poder das instâncias representativas do mesmo? Quais são os capitais e as estratégias que estruturam as disputas de poder no OP, especificamente no que diz respeito às relações geracionais? O desenho institucional, os procedimentos adotados e as regras do OP contribuem para a legitimação e a reprodução da gerontocracia e obstaculizam o aprofundamento da democratização nessa inovação participativa?

A partir dessas interrogações sociológicas, foi realizada pesquisa empírica junto aos e às participantes do OP de Porto Alegre, que será aqui apresentada de forma sintética. O recorte empírico foi delimitado pelas relações de poder estabelecidas entre as gerações participantes do OP de Porto Alegre – especificamente, no Fórum Temático de Cultura, no Fórum de Delegados da Região Centro e no Conselho do Orçamento Participativo (COP) –, conforme será justificado adiante. De forma específica, pretendeu-se: identificar e analisar os significados atribuídos ao curso da vida, à ideia de juventude e à participação de agentes tidos como jovens no OP e suas instâncias representativas; identificar e analisar a disposição objetiva dos agentes nas estruturas hierárquicas a partir das classificações etárias; analisar o desenho institucional, os procedimentos e as regras do OP de Porto Alegre à luz das possibilidades e dos constrangimentos à participação das diferentes gerações, bem como à efetivação dos princípios normativos da democracia deliberativa, como serão apresentados; por fim, contribuir para a reflexão crítica sobre a promoção da equidade entre as e os participantes do OP, bem como para o aprofundamento da democratização das instituições participativas que se proliferaram nas últimas duas décadas no país.

A hipótese da presente investigação é a de que as relações de poder exercidas entre as gerações no Orçamento Participativo de Porto Alegre são marcadas pelo adultocentrismo, sendo esta concepção objetivada e legitimada por meio de estratégias de reprodução das representações evolucionistas hegemônicas acerca do curso da

7 “A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável, (...) o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotados de interesses comuns e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente” (BOURDIEU, 1983, p. 113). De acordo com a postura ontológica e epistemológica sustentada aqui, não será proposta uma definição do que é juventude, mas este conceito será utilizado em referência aos seus diversos usos, nos seus variados contextos (como um conceito êmico), sem a utilização de aspas. Estatisticamente, será usada a faixa entre 16 e 25 anos, ou até 29 anos, de acordo com os propósitos, conforme explicitados.

vida e da noção de juventude, entendida como um período de preparação para a vida adulta – momento compreendido como o de reais condições para o exercício pleno e responsável da cidadania. O adultocentrismo também se manifesta nas lógicas discursivas e demais configurações simbólicas que reforçam modelos hegemônicos de atuação, notadamente contrários às linguagens socialmente associadas às juventudes. A dominação geracional é também favorecida no próprio desenho institucional, nos procedimentos e nas regras vigentes no OP, os quais se tornam obstáculos ao aprofundamento da qualidade da democracia participativa e à efetividade dessa inovação como expressão, ainda que parcial, de supostos da democracia deliberativa.

Como se sabe, em que pese ampla literatura atual e que não cabe aqui reproduzir, pode-se afirmar que

a democracia deliberativa assenta sobre um conjunto de pressupostos que a distingue doutras teorias concorrentes. Em primeiro lugar, a sua insistência na noção de debate racional enquanto procedimento político por excelência, em vez da noção de compromisso entre interesses divergentes. Em segundo lugar, como sublinha Jon Elster, ao invés dum ato privado como é o voto, a democracia deliberativa aposta num ato público enquanto ato político por excelência – a troca livre e pública de argumentos. Em terceiro e último lugar, a ideia de que se trata de deliberação realmente democrática, no sentido de que incorpora princípios essenciais do ideário democrático, quais sejam, a igualdade política de todos os participantes e a sensibilidade ao interesse público (SILVA, 2004, p. 2).

Nesse sentido, é fundamental a ênfase na dimensão relacional em que se produzem e reproduzem, nas próprias instituições participativas, discursos sobre as gerações – expressas, entre outras, nas representações sobre juventude e nas concepções sobre o curso da vida⁸.

Além da presente introdução, o capítulo está estruturado nas seguintes partes: o OP, a metodologia e as técnicas de investigação utilizadas; o referencial teórico sociológico sobre as relações geracionais e a construção social do adultocentrismo na modernidade; a apresentação e análise dos resultados obtidos pela investigação; e as considerações finais.

⁸ Uma abordagem relacional, construtivista e crítica ao adultocentrismo e à gerontocracia pouco tem mobilizado discursivamente os movimentos sociais brasileiros, inclusive os ligados às pautas juvenis. Boa parte reforça estereótipos e generalizações mistificadoras, tais como disposição, determinação, garra, rebeldia, preparação, futuro, criatividade etc.

OP E A PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES: METODOLOGIA E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

O OP de Porto Alegre conta com um desenho institucional composto por instâncias de participação (estrutura) e por um procedimento anual de funcionamento⁹. Cada ciclo do OP tem a duração de um ano, sendo organizado em três etapas. Na primeira etapa, são realizadas Assembleias no âmbito de cada uma das 17 Regiões da cidade e das seis Temáticas. Todos os cidadãos e todas as cidadãs da cidade, a partir dos 16 anos, podem participar das Assembleias, com direito à voz e a voto (trata-se, portanto, do momento em que se realiza a democracia direta). São eleitas as diretrizes orçamentárias (que nortearão o planejamento do próximo ano), bem como são eleitos dois conselheiros titulares e dois suplentes para compor o Conselho do Orçamento Participativo (COP). Na segunda etapa do ciclo, são formadas as instâncias institucionais de participação, todas compostas por representação: 17 Fóruns Regionais e 6 Fóruns Temáticos de Delegados e Delegadas (instâncias intermediárias) e o Conselho do Orçamento Participativo (instância máxima de decisão). Os Fóruns Regionais e Temáticos são compostos pela representação dos e das participantes da primeira etapa, numa proporção de um delegado/a para cada dez participantes nas Assembleias. Os Fóruns reúnem-se periodicamente ao longo do ano, tendo como pautas: a) a apresentação de demandas e a escolha (por consenso ou por votação) das prioridades (obras, serviços, projetos etc.) que irão compor o Plano de Investimentos (PI) dos recursos públicos municipais do ano seguinte; b) acompanhar a execução das demandas decididas no ano anterior; c) tratar de temas discutidos no COP. Na terceira etapa, o COP discute e aprova o planejamento orçamentário do próximo ano: a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e o PI (Plano de Investimentos). O Regimento Interno do OP é discutido anualmente pela instância máxima de representação, o COP.

Devido à amplitude numérica de participantes no OP de Porto Alegre, a opção metodológica da investigação foi a de limitar o campo amostral aos e às participantes da Assembleia Temática de Cultura, da Assembleia da Região Centro e do Conselho do Orçamento Participativo (COP). A opção por uma Temática e por uma Região se deve ao fato de que cada uma delas tem objetos de definição orçamentária relativamente distintos: as Temáticas definem prioridades para temas específicos (educação, esporte e lazer; cultura; desenvolvimento econômico, tributação, turismo e trabalho; Habitação, Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano e Ambiental; Temática Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana; assistência social e saúde), ao passo

⁹ A descrição da estrutura do OP tem apenas o objetivo de informar o seu funcionamento de maneira sintética. Não há espaço aqui para tratar das profundas transformações que o processo vem apresentando em termos de perda de qualidade e de efetividade. Para tal, ver FEDOZZI; MARTINS, 2012; FEDOZZI *et al.*, 2013; RENNO; SOUZA, 2012; BAIERLE, 2007.

que as Regiões tratam da definição de suas prioridades territoriais. Dentre os Fóruns Temáticos, a escolha pelo de Cultura é justificada pelo fato de que ela conta com o maior percentual de indivíduos com até 25 anos (30%), comparativamente às demais Temáticas e até Regiões (FEDOZZI, 2007, p. 25). Dentre os Fóruns Regionais, a escolha pelo Centro explica-se, fundamentalmente, em razão da facilidade de acesso, tendo em vista os escassos recursos disponíveis para a pesquisa empírica. Finalmente, a opção pelo Conselho do Orçamento Participativo é justificada pelo fato de que é a instância máxima de decisão, contando com alto grau de representatividade.

O método de investigação utilizou de técnicas quanti-qualitativas, especificamente: observação participante e, fundamentalmente, questionário estruturado, de tipo *survey*. A principal técnica utilizada foi a aplicação de questionário, num total de 83 casos, sendo 20 (24,1%) na Temática de Cultura, 36 (43,4%) na Região Centro e 27 (32,5%) no COP.

Todas/os delegados/as e conselheiras/os presentes nas reuniões foram convidados a contribuir, sem que fosse realizado nenhum tipo de amostragem adicional. As respostas foram informadas por meio de autopreenchimento individual, sendo todas as perguntas objetivas¹⁰. As respostas foram agrupadas e categorizadas de acordo com o referencial analítico e com os objetivos da pesquisa¹¹. A investigação teve um caráter exploratório, não assumindo a pretensão de apresentar dados conclusivos e generalizáveis.

OS CONCEITOS SOCIOLÓGICOS DE “GERAÇÃO” E “SITUAÇÃO DE GERAÇÃO”

Mannheim (1982) oferece uma interessante distinção entre os conceitos de “geração”, em sentido etário, e o de “situação de geração”. Para o autor, os indivíduos operam estruturalmente por meio de uma espécie de dialética interna, em que, a partir de um contato original com a herança acumulada, formam estratos de consciência. Todas as experiências posteriores tendem então a receber seu significado desse conjunto original, quer elas apareçam como verificação e finalização daquele conjunto, quer como sua negação e antítese. Ter nascido em uma mesma época (ser de uma mesma geração em sentido etário), mas em contextos socioculturais muito diferentes, ou viver as mesmas situações históricas e sociais, mas em diferentes

10 O questionário contou com 48 questões, abordando aspectos sociodemográficos; associativismo, trajetória de participação, expectativas e instância de participação no OP; opiniões sobre o OP e critérios para participação em instâncias representativas; opiniões sobre o curso da vida e suas classificações; significados atribuídos à juventude; e avaliações sobre a participação de jovens no OP e no tecido associativo.

11 A verificação de frequências e de cruzamentos de dados quantitativos foram realizadas com o *software* SPSS. Alguns cruzamentos foram realizados utilizando-se do teste de Chi-quadrado (Pearson Chi-square) para verificar existência de associação estatística significativa. Um resultado tem significância estatística se for improvável que tenha ocorrido por acaso.

estratos de consciência, não faz com que os indivíduos compartilhem de uma mesma *situação de geração*: “o que realmente cria uma situação comum é elas estarem em uma posição para experimentar os mesmos acontecimentos, dados, etc., e especialmente incidam sobre uma consciência similarmente ‘estratificada’” (MANNHEIM, p. 79-80). Para o autor, o fato de pertencer à mesma *situação de geração* proporciona aos indivíduos uma situação comum no processo histórico e social e, portanto, os restringe a uma gama específica de experiência potencial, predispondo-os a um certo modo característico de pensamento e experiência e a um tipo característico de ação historicamente relevante (MANNHEIM, p. 72).

Um exemplo ilustrativo dessa abordagem pode ser identificado na efervescência política e cultural de estudantes ao redor do mundo no conhecido “Maio de 68”. Essa efervescência teria sido fortemente influenciada pelo choque de gerações. Mas um dos elementos importantes da contribuição de Mannheim (1982) sobre esse fenômeno é a possível reflexão de que a reação se apresentou de diferentes formas de acordo com os diferentes contextos sociais (nos diferentes países, por exemplo) e de acordo com os diferentes estratos sociais (classe, raça/etnia e gênero, por exemplo), sendo que, inclusive, a própria efervescência não foi vivida por todos os agentes da mesma geração (no sentido do período de nascimento), expressando a diferença entre geração e situação de geração proposta pelo autor.

Assim, o conceito de *situação de geração* traz uma importante contribuição para o entendimento acerca das dinâmicas com as quais as estruturas simbólicas e materiais são transmitidas, interpretadas, reproduzidas e reelaboradas pelos agentes sociais no que diz respeito às semelhantes e diferentes posições em que esses se situam em relação às sucessões geracionais, às situações históricas e ao espaço social, bem como às contingências e às limitações a estas relacionadas. Não obstante, apesar de sua contribuição teórica de caráter antinaturalista, Mannheim parece negligenciar o fato de que tais marcadores são produtos de construções sócio-históricas que variam em diversos contextos (culturais, econômicos, nas relações de gênero etc.), inclusive não existindo em alguns deles, conforme atesta o estudo de Margaret Mead. A autora, a partir de observações realizadas nas Ilhas Samoa, “defende a ideia de que a adolescência é um fenômeno de sociedade, e que pode ser inexistente em algumas delas, como é o caso nessas ilhas” (EMMANUELLI, 2008, p. 29).

Em síntese, em cada contexto social e histórico, são inúmeras as representações que cada geração faz de si, das demais e do curso da vida, assim como, conseqüentemente, múltiplas são as possibilidades, limitações e características que podem assumir e construir. Assim, os recortes que distinguem uma geração das demais são eles próprios construções sociais e, portanto, arbitrários. Trata-se, portanto, de relações de poder, força, hierarquias, dominação, havendo ou não consciência por parte dos agentes envolvidos nessas relações.

É nesse sentido que será discutido a seguir – ainda que de forma sintética – a forma como a modernidade ocidental construiu a noção denominada de adultocentrismo.

A construção social do adultocentrismo na modernidade

A maior parte das pesquisas e dos desenhos de políticas públicas trata de definir juventude como um período da vida, de transição entre a infância e a vida adulta, delimitada por alguns indicadores: biológicos (ligados principalmente à puberdade e às disposições físicas), psicológicos (como as crises decorrentes da passagem de um estágio ao outro e o recebimento de novas atribuições, da experimentação da sexualidade, a construção de identidades etc.), sociais (saída da educação formal e entrada no mercado de trabalho, acompanhada da saída da família de orientação e constituição da família de reprodução), culturais (construção de estilos de vida e linguagens especificamente juvenis, compostos por gostos musicais, formas de falar, roupas, acessórios etc.), político-filosóficos (definição de posicionamentos sobre relações, valores, crenças, instituições sociais etc.), assim como a combinação de dois ou mais destes elementos. Em geral, utiliza-se da abordagem demográfica (as classificações etárias como indicadores) para a construção de levantamentos e análises macrossociológicas, no desenho de políticas públicas, entre outros usos¹². Consequentemente, tais abordagens se limitam a observar o fenômeno juventude isoladamente, de forma *substancialista*, buscando defini-lo com base em suas supostas características essenciais, intrínsecas, naturais, dadas *a priori*¹³. Portanto, tratam-se de abordagens deslocadas da dimensão estrutural e histórica em que o objeto é construído e reproduzido¹⁴ - no caso aqui considerado, a dimensão das relações geracionais¹⁵.

12 Em 1985, Ano Internacional da Juventude, a Assembleia Geral das Nações Unidas definiu jovem como sendo o grupo de pessoas com idade entre 15 e 24 anos. O Estado brasileiro instituiu a faixa etária entre 15 e 29 anos como orientadora das políticas públicas de/para/com juventudes (BRASIL, 2005).

13 Como exemplo de abordagens que desconsideram a dimensão relacional da ideia de juventude, podemos citar EISENSTADT (1976), MANNHEIM (1982), FORACCHI (1972), LEVI; SCHMITT (1996), MISCHKE (1997) e DICK (2003).

14 O principal avanço das teorias feministas, nesse sentido, é deslocar do debate toda e qualquer tentativa de essencialização para delimitação de supostas características comportamentais de mulheres e sua associação com instituições específicas. Sobre o tema das teorias feministas, ver Scott (1990).

15 Por outro lado, são ainda criticáveis mesmo do ponto de vista empírico, na não considerada desconexão entre indicadores etários e a realidade concreta em que vivem inúmeros grupos de indivíduos entendidos como jovens. No Brasil, por exemplo, compreender juventude na linearidade família de orientação → escola → universidade → estágio → trabalho → família de reprodução, indica a posição de classe de boa parte da produção acadêmica: segundo pesquisa realizada em 2003 pelo Projeto Juventude/Instituto Cidadania (ABRAMO; BRANCO, 2005), mais da metade (53,2%) das pessoas entre 15 e 24 anos não estavam estudando. Paralelo a isto, aproximadamente 68% estavam trabalhando (36%, sendo que, destas, 60% no mercado informal), ou já haviam trabalhado (32%).

A ideia de que o curso da vida é inevitavelmente marcado por avanços evolutivos é hoje hegemônica, estando fortemente naturalizada no imaginário social e manifestada em pesquisas acadêmicas. A introdução que Eisenstadt dá à sua obra *De Geração a Geração* (1976), considerada uma das principais referências no tema, é exemplar dessas concepções. A idade e as diferenças etárias estão entre os mais básicos e cruciais aspectos da vida humana e determinantes do destino humano. Durante sua vida, todo ser humano passa por diferentes fases etárias e, em cada uma adquire e usa diferentes capacidades biológicas e intelectuais. Cada fase, nesta progressão, constitui um passo irreversível no desenrolar de sua vida, desde o começo até o seu final. Em cada fase executa diversas tarefas e assume diversos papéis em relação a outros membros de sua sociedade: de criança, ele torna-se pai; de aluno, professor; de jovem vigoroso, transforma-se num adulto que envelhece gradualmente (EISENSTADT, 1976, p. 1).

A passagem por determinadas experiências inevitavelmente agregaria aos agentes as condições de melhor se posicionar diante de experiências semelhantes, o que pode ser caracterizado como expressão do empirismo cientificista típico da modernidade.

Segundo o historiador Ariès (1978), a França medieval não dispunha de estruturas classificatórias organizadas em termos de grupos etários. Até por volta do século XII, não havia uma imagem da infância como a temos hoje¹⁶. A partir de um conjunto de modificações estruturais que se passou a atribuir a um período específico da vida a necessidade de uma espécie de reclusão – período em que seriam transmitidas às novas gerações uma série de conhecimentos produzidos pelas gerações anteriores. Ariès identifica na educação institucionalizada um importante mecanismo de produção de novas relações entre as gerações¹⁷. Portanto, não se tratava apenas de compartilhamento de conhecimentos, mas também da reprodução dos conhecimentos tidos como legítimos, a manutenção do *status quo*.

Nesse sentido, a construção social de estágios específicos da vida está diretamente imbricada em um conjunto de aspectos que configuram o contexto social da modernidade. Para Debert (2004), um dos aspectos relevantes são as transformações econômicas que caracterizam a passagem do modo de produção

16 Segundo Ariès (1978, p. 50), “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para infância nesse mundo”. “Na Idade Média, no início dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio” (1978, p. 273).

17 “Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos. (...) Iniciou-se então uma verdadeira moralização da sociedade: o aspecto moral da religião pouco a pouco começou a prevalecer na prática sobre o aspecto sacro ou escatológico. Foi assim que esses campeões de uma ordem moral foram obrigados a reconhecer a importância da educação” (ARIÈS, 1978, p. 276 e 277).

feudal ao capitalismo. Da mesma forma, a estrutura social em transformação na modernidade reconfigura os domínios de atuação do Estado, que passa a tratar de questões antes relativas à esfera privada e familiar como problemas de ordem pública. Portanto, o Estado passa a regulamentar as etapas da vida. Os valores simbólicos orientadores da lógica social gradativamente deslocam-se da visão holista típica da Idade Média para práticas e concepções individualistas na modernidade, promovendo a institucionalização e a burocratização do curso da vida através de sua cronologização (DEBERT, p. 14-15).

A ideia de que os indivíduos estão em um processo evolutivo legítima e reproduz o mito liberal da mobilidade social: “crescer”, “melhorar”, “se qualificar”, são ideais hegemônicos almejados socialmente e reproduzidos do ponto de vista das trajetórias individuais/individualistas. Nesse contexto, as instituições de educação formal são apresentadas como ferramentas de ascensão por excelência. Entretanto, segundo Bourdieu (1998), o sistema escolar, ao se apresentar como neutro e desprovido de hierarquias, acaba justamente legitimando e reproduzindo as desigualdades sociais¹⁸. Sendo assim, no plano individual, toda e qualquer desconexão entre desejos subjetivos e possibilidades objetivas (“insucesso”) pode ser justificada do ponto de vista de possíveis equívocos cometidos no passado (que não volta mais!), especialmente na juventude, quando a irresponsabilidade e a imaturidade teriam contribuído para que o agente não tivesse dado conta das atribuições necessárias para aquele estágio, como ter estudado (ou ter estudado mais), ter escutado as pessoas mais velhas etc.

A adequação produzida nas instituições de educação tem como objetivo estrutural a qualificação técnica (servindo para formação de mão de obra) e a posterior inserção de pessoas tidas como adultas no mercado de trabalho e tendo sua ação no mundo marcada pela “responsabilidade”, “maturidade” etc. Para Debert (2004, p. 17), “o curso da vida moderno é reflexo da lógica fordista, ancorada na primazia da produtividade econômica e na subordinação do indivíduo aos requisitos racionalizadores da ordem social. Tem como corolário a burocratização dos ciclos da vida, através da massificação da escola pública e da aposentadoria. Três segmentos foram claramente demarcados: a juventude e a vida escolar; o mundo adulto e o trabalho; e a velhice e a aposentadoria.”

Atualmente, as lógicas contraditórias do sistema capitalista, no que diz respeito ao adultocentrismo, apresentam-se nitidamente nos meios de comunicação: por um lado, os principais ideais de juventude assentam-se fundamentalmente no consumo, como mercadoria (tecnologias digitais, estilos de vida “descolados”, “irreverentes”,

¹⁸ “Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais” (BOURDIEU, 1998, p. 53).

como no uso de cabelos coloridos, gírias, acessórios etc.¹⁹); por outro lado, quando apresentam exemplos de jovens que ascenderam socialmente por outras vias que não as diretamente ligadas a esses ideais de consumo (mercado da moda, da publicidade, das artes, do entretenimento ou do esporte), normalmente suas imagens são de tipo mais “sério”, “formal”, típicos do mundo adulto, tendo sido construídas em um percurso de disciplina e valorização da aprendizagem e do trabalho, respeitando hierarquias e condições desiguais de produção.

A partir das bases epistemológicas sustentadas por Foucault, pode-se ainda considerar a construção social da ideia de juventude nos marcos do adultocentrismo e do capitalismo como um dispositivo de disciplinarização, já que as instituições de educação formal reproduzem, hegemonicamente, as lógicas inerentes do modo de produção capitalista e, portanto, de adequação dos agentes sociais ao *status quo* e de formação de corpos dóceis. Como demonstra o autor, os mecanismos de disciplinarização “permitem o controle minucioso de operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade- utilidade: são o que podemos chamar as ‘disciplinas’. (...) disciplina fabrica assim corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT *apud* BORGES, 2004, p. 5).

A construção de estágios evolutivos acerca do curso da vida como produto e produtora de hierarquizações entre agentes a partir de critérios etários, isto é, basicamente biológicos, expressa, segundo Rosemberg, uma visão de mundo *adultocêntrica*:

A Ciência Ocidental apresenta uma postura adultocêntrica, em que aquele que é considerado o mais forte em sociedades competitivas olha para a infância como se procurasse um outro adulto, o adulto que a criança será. A biologização e naturalização da criança e do bebê, com os padrões adultos e de maturidade permeando a compreensão do desenvolvimento, retiram da infância a sua historicidade e seu potencial transformador (ROSEMBERG, 1997, p. 17-18).

Portanto, também não é por acaso que, hegemonicamente, os agentes sociais em posições de poder no contexto das instituições que dominam o processo de delimitação e avaliação das classificações etárias (família, Estado, religiões, mercado de trabalho, universidades etc.) consideram-se adultos. Para Bourdieu (1983, p. 112): “a representação ideológica da divisão entre jovens e velhos concede aos mais jovens coisas que fazem com que, em contrapartida, eles deixem muitas outras coisas aos mais velhos”.

Essas posições de poder podem ser compreendidas, também, por meio do

¹⁹ “A juventude perde conexão com um grupo etário específico e passa a significar um valor que deve ser conquistado e mantido a qualquer idade através da adoção de formas de consumo de bens e serviços apropriados” (DEBERT, 2004, p. 3).

conceito de gerontocracia utilizado por Weber (2000) no estudo sobre as formas de dominação tradicional (baseada na crença que valida o poder exercido por um chefe), de tipo primário²⁰. Dessa forma, a cronologização do curso da vida em uma perspectiva evolucionista adultocêntrica – no caso da modernidade²¹ – é o princípio ideológico que constitui e legitima a delegação de poder a um chefe segundo critérios etários. A dominação gerontocrática é exercida nas principais instituições tradicionais de socialização, como na família, nas religiões, no mercado de trabalho, na gestão do Estado e na própria escola²².

Por outro lado, a abordagem relacional das dinâmicas exercidas entre as gerações nos marcos da construção de classificações etárias torna a análise extremamente complexa, já que os agentes sociais vivenciam diferentes posições, em diferentes contextos. Segundo Pasini e Pontes (2007, p. 38):

juventude é uma posição social produzida e inserida nas disputas de poder e dominação típicas das relações entre as gerações. É uma *posição geracional relativa* (dada na relação) a diferentes situações, e não um grupo etário específico – apesar de que fortemente organizada por eles. Seus significados são frutos de construções sociais, sendo utilizados, conscientemente ou não, de acordo com as estratégias adotadas pelos agentes e suas correspondentes posições. As posições geracionais orientam relações, constituindo-se assim a partir de capitais específicos, que fazem com que sejam ora dominadoras, ora dominadas. As disputas são travadas diferentemente em relação aos variados recortes sociais (classe, raça/etnia, credo etc.) e nos inúmeros campos sociais (ciência, religião, mídia, família, educação, trabalho etc.) nos quais interagem. Entretanto, estrutural e hegemonicamente, a posição juventude é dominada em quase todos os campos de nossa sociedade (a sociedade global), mas não em todos.

Desta forma, a construção dos supostos estágios evolutivos da vida cumpre um papel disciplinador não apenas em relação aos agentes entendidos como jovens, mas também nos indivíduos tidos como adultos²³. Conseqüentemente, é importante destacar que as relações de poder e dominação exercidas entre as gerações não obedecem a um sentido unidirecional, estando em permanentes tensões, o que leva

20 “(...) situação em que, havendo alguma dominação dentro da associação, esta é exercida pelos mais velhos (originalmente, no sentido literal da palavra: pela idade), sendo eles os melhores conhecedores da tradição sagrada. A gerontocracia é encontrada frequentemente em associações que não são primordialmente econômicas ou familiares” (WEBER, 2000, p. 151).

21 “Verifica-se que, ao contrário da visão adultocêntrica do pensamento ocidental, o pensamento indígena coloca as crianças como mediadoras entre categorias cosmológicas de grande rendimento e reconhece nelas potencialidades que as permitem ocupar espaços de sujeitos plenos e produtores de sociabilidade” (TASSINARI, 2007, p.11).

22 As instituições de ensino, em que pese serem historicamente os primeiros espaços de socialização das novas gerações (contribuindo decisivamente na produção de estilos de vida homólogos – inclusive a própria ideia de juventude), ainda assim são espaços, em geral, dominados por posições identificadas com o mundo adulto, tanto administrativa quanto pedagogicamente. Obviamente, há diversas experiências que subvertem essa pedagogia e a forma de vivenciar a escola.

23 Os considerados adultos e idosos são inibidos de mudar suas visões de mundo na considerada vida adulta, tais como ter crises de identidade, adotar certos códigos simbólicos tidos como de jovens, não ter filhos, morar com pais/mães etc.

à necessidade de não incorrer em generalizações absolutas nas análises concretas sobre as relações de poder²⁴.

A investigação do como os agentes incorporam as classificações, ocupando posições e reproduzindo oposições geracionais, pode contar com o referencial produzido por Bourdieu acerca do conceito de *habitus*, definido pelo autor como princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social (estrutura estruturante), que é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais (estrutura estruturada). O *habitus* é, portanto, necessidade incorporada, convertida em estrutura de disposições geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma (BOURDIEU, 2007, p. 164). Destarte, a crença dos agentes de que estão evoluindo ao longo do curso de suas trajetórias representa a adequação dos mesmos às estruturas simbólicas correspondentes às posições que passam a assumir. Ao ocupar novas posições, os agentes deparam-se com um novo horizonte de possibilidades e restrições, tendo os agentes em posições semelhantes a confirmação de que suas ações correspondem às expectativas. Isso devido ao fato de que as estruturas de oposição (que organizam as práticas classificatórias engendradas pelo *habitus*) são perfeitamente homólogas entre si por serem todas homólogas do espaço das oposições objetivas entre as condições (BOURDIEU, 2007, p. 167). Ainda segundo o autor:

o conjunto das práticas dos agentes – ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes – são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutuamente convertíveis – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida (BOURDIEU, 2007, p.163).

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E ADULTOCENTRISMO.

Mesmo representando 20% da população da cidade (IBGE, 2010), as pessoas com idades entre 16 e 25 anos, em 2012, somavam 12,8% do total de participantes no OP, percentual que caiu para 8,1% nos Fóruns de Delegados/as, chegando a apenas 1,7% no Conselho do Orçamento Participativo (instância máxima de representação e decisão) (FEDOZZI *et al.*, 2013). A tendência é de queda da participação das pessoas com idades entre 16 e 25 anos, de 18,5%, em 2009, para 12,8%, em 2012, o menor percentual da participação de jovens (FEDOZZI *et al.*, p. 28). Portanto, tanto entre os participantes do OP em geral, como dentre os representantes eleitos (delegados/as e conselheiros/as), há uma sub-representação em relação ao percentual da população de pessoas entre 16 e 24 e uma super-representação dos participantes entre 42 e 60 anos em relação ao perfil etário da população de Porto Alegre.

²⁴ Um exemplo contrário ao adultocentrismo pode ser observado no caso da associação entre a ideia de juventude e a disposição para novidades: muitos agentes considerados jovens se valerão desta associação no mercado de trabalho.

Mas, para além dos dados objetivos acima apresentados, a investigação indicou a presença uma série de valores adultocêntricos na estrutura simbólica agenciadora das relações exercidas entre as gerações no contexto do Orçamento Participativo. O adultocentrismo é identificado nas percepções dos/as participantes pesquisados/as acerca do curso da vida, este entendido hegemonicamente como um processo evolutivo, marcado por estágios fixos. Tal análise parte, dentre outros dados, da crença de mais de três quartos (78,3%) dos/das respondentes de que estão individualmente evoluindo (no que diz respeito à qualificação de suas opiniões) com o passar do tempo; e de que quase metade (43,4%) acredita que quanto mais velhas as pessoas, mais elas ficam qualificadas para influenciar na sociedade.

A partir da concepção evolucionista, são estabelecidas hierarquias de poder entre as gerações no que tange às posições em que se encontram no mapa de classificações acerca das trajetórias de vida. Por um lado, as pessoas mais velhas seriam tidas como sujeitos de direitos especiais: 72,3% dos/das respondentes apresentaram uma ou mais respostas ligadas ao evolucionismo do curso da vida como motivos pelos quais as pessoas idosas deveriam ser respeitadas por seus atributos específicos (e não como portadoras de direitos universais). Por outro, jovens são compreendidas/os como estando em um estágio de preparação, de aprendizado, mas não de condições plenas de exercício responsável da cidadania, o que caberias às pessoas tidas como adultas, idosas ou simplesmente mais velhas. Essa análise é nítida quando da crença presente em mais de três quartos (77,1%) das/dos respondentes de que os erros cometidos por jovens se devem a uma ou mais suposta característica negativa e/ou desfavorável da condição juvenil. Para mais da metade da amostra (56,6%), ser jovem está correlacionado a ideias ligadas ao futuro, a um tempo de preparação. De qualquer forma, um dos dados que confirma a existência de valores essencialistas na definição de juventude é o fato de quase três quartos dos respondentes (73,5%) classificar, de uma forma ou de outra, o que é ser jovem. Portanto, a dominação gerontocrática se legitima e se reproduz.

Imbricados nesses aspectos, o adultocentrismo apresenta-se também na reprodução de um modelo hegemônico de comunicação na participação: 35,1% dos entrevistados desaprova jovens de usarem suas gírias em reuniões do OP; e 14,9% considera que talvez possam usar gírias. Esse dado talvez ajude a compreender porque a grande maioria (86,6%) considera ou que as reuniões não são atrativas para jovens (47,8%) ou que o são apenas em parte (38,8%).

Outro dado relevante é o de que (como pode ser observado na Tabela 1) a maioria (74,7%) se considera adulta, mesmo entre as pessoas que, segundo critérios etários adotados pelo Estado brasileiro, são jovens ou idosas: entre as pessoas com idades de 16 a 29 anos²⁵, 62,5% não se considera jovem; dentre as pessoas com

25 Conforme Lei que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional de Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude (BRASIL, 2005)

Tabela 1: Participantes por faixa etária por auto-identificação (%)

Faixa Etária	Como tu te consideras?					Total
	Criança	Jovem	Adulto(a)	Idoso(a)	n.d.a	
até 29 anos completos		37,5%	50,0%		12,5%	100,0%
de 30 a 59 anos	2,0%	4,1%	87,8%	2,0%	2,0%	100,0%
mais de 60 anos			50,0%	50,0%		100,0%
Total	1,3%	6,7%	74,7%	13,3%	2,7%	100,0%

Fonte: elaborado por João Paulo Pontes com base nos dados coletados

mais de 60 anos²⁶, apenas metade (50%) se considera idosa/idoso. A partir desses dados, pelo menos três hipóteses podem ser levantadas: os/as participantes se adequam estrategicamente ao adultocentrismo hegemônico; a percepção de que o OP é um espaço fortemente associado à vida adulta que efetivamente desestimula a participação de agentes que se autoidentificam como jovens; e/ou as classificações etárias não correspondem, de modo geral, às percepções que as pessoas têm de si, portanto, uma classificação normativa que desconsidera a autodefinição de um bom número de agentes (não somente no OP²⁷).

Mesmo que a maioria se considere adulta, os dados indicam a possibilidade de que as pessoas mais novas incorporem o adultocentrismo em seus universos simbólicos, orientando suas estruturas de disposições duráveis (*habitus*). Conforme mostra o Gráfico 1, nenhuma das pessoas com idade até 25 anos acredita ter condições de atuar como representantes no COP. O percentual de pessoas que acreditam ter condições de atuar como representantes no COP começa a ser maior do que o número de pessoas que acreditam não ter essa condição somente a partir da faixa etária entre 34 e 41 anos.

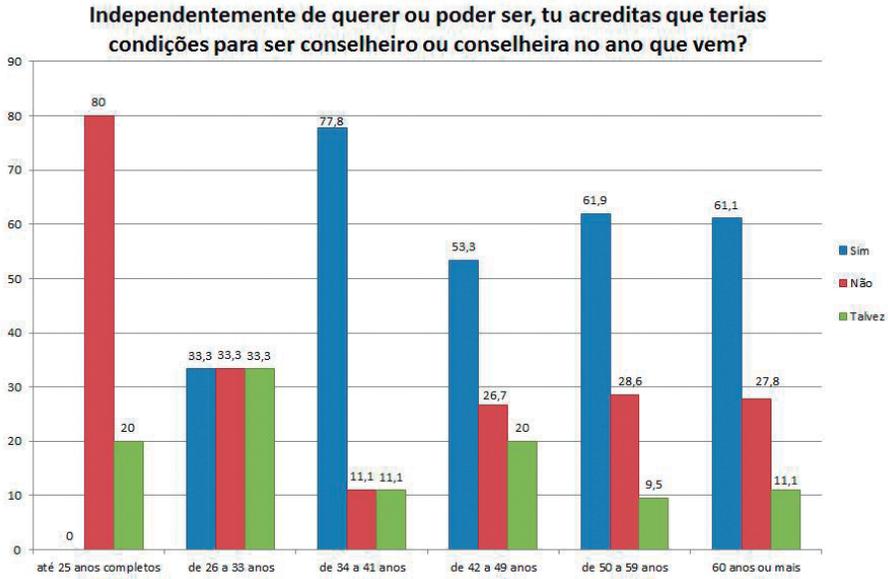
Os dados também indicam (cf. Gráfico 2) que quanto menor é a idade, menor é o desejo em participar do COP: entre as pessoas com até 25 anos, 80% não tem interesse em ser conselheira ou conselheiro; entre 26 e 33 anos, esse percentual é de 66,7%. Apenas a partir da faixa etária entre 42 e 49 anos é maior o percentual de pessoas com interesse em atuar no COP.

Do conjunto dos dados, é possível inferir que a participação de pessoas tidas como jovens é desestimulada nas instâncias de participação do OP. Essa hipótese é reforçada pela associação estatisticamente significativa ($p = 0,001$) no cruzamento das variáveis *tempo de participação no OP* e *faixa etária*: conforme se observa no Gráfico 3, quanto mais novas, há menos tempo atuam no OP. Provavelmente, a evasão do processo é maior dentre os participantes com menos idade.

²⁶ Conforme Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003).

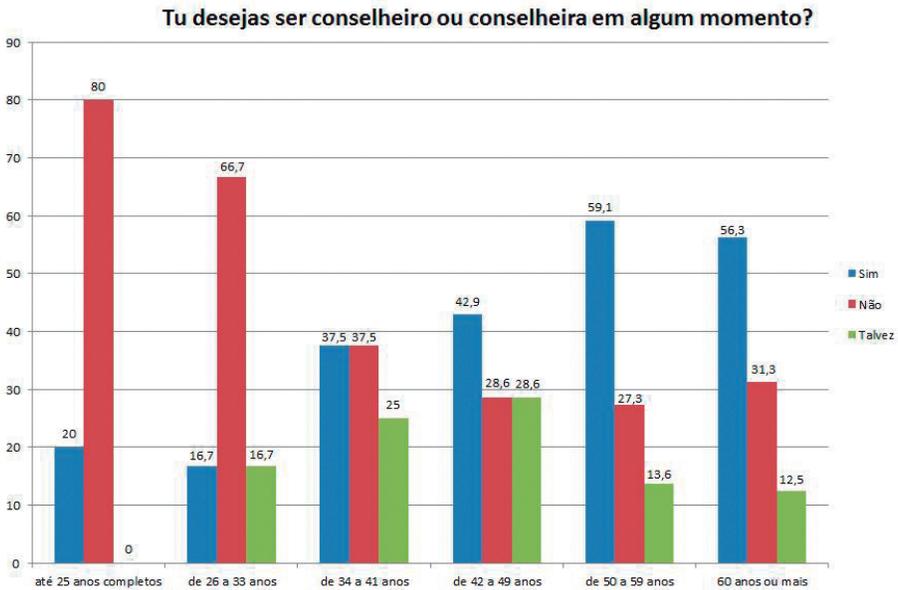
²⁷ A partir desses dados e análises, abre-se a possibilidade de estudos comparativos com outros espaços sociais no sentido de testar a hipótese de que o adultocentrismo constitui-se como valor hegemônico mais expressivo no OP de Porto Alegre do que possivelmente em espaços hegemonzados por outras categorias.

Gráfico 1: Participantes por faixas etárias por crença na condição de ser conselheira/o no ano seguinte

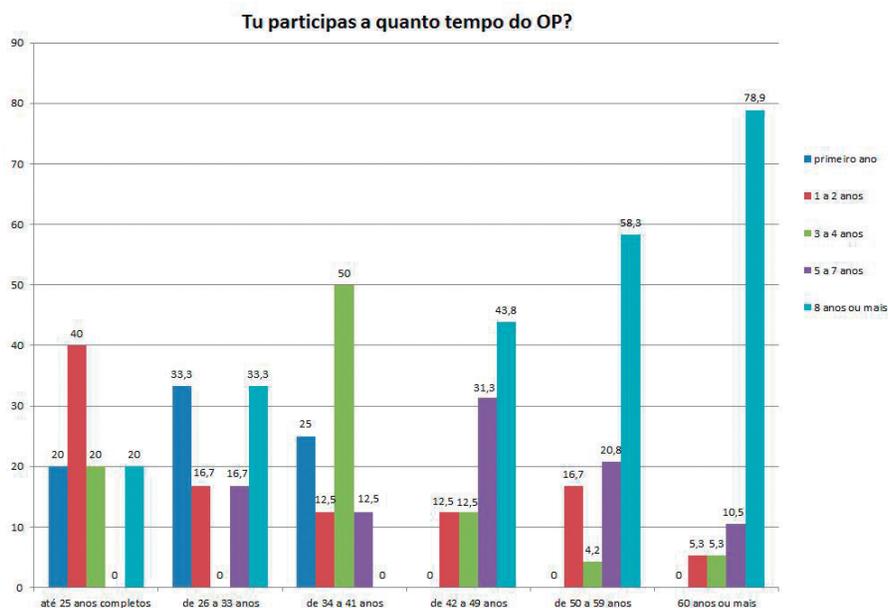


Fonte: elaborado por João Paulo Pontes com base nos dados coletados.

Gráfico 2: Participantes por faixas etárias por desejo em ser conselheira/o (%).



Fonte: elaborado por João Paulo Pontes com base nos dados coletados.

Gráfico 3: Participantes por faixa etária por tempo de participação no OP (%).

Fonte: elaborado por João Paulo Pontes com base nos dados coletados.

Mesmo que a grande maioria (94,8%) considere importante (55,3%) ou extremamente necessária (39,5%) a participação de jovens, e que 73% avalie como muito pouca (48,6%) ou pouca (24,3%) a quantidade de jovens participantes no OP, os dados permitem confirmar a hipótese de que a dominação gerontocrática se expressa na distribuição das posições de poder no processo participativo. Isso porque: caso duas pessoas estivessem concorrendo para o posto de conselheiro do COP, e apresentassem opiniões aparentemente iguais, 37,5% dos entrevistados afirmaram que votariam na pessoa mais velha, percentual quase três vezes maior daqueles que optariam pela pessoa mais nova (13,9%) (48,6% apresentou outra resposta). Portanto, levando-se em conta o imaginário hegemônico de que jovens estão fortemente associadas/os ao futuro, a um período de aprendizado, o posicionamento em favor da pessoa mais velha, em uma disputa para representação no COP, indica a provável situação que a pretendida participação de jovens no OP tenha como objetivo a sua condição de aprendiz dos ensinamentos a serem prestados pelas pessoas mais velhas, estas, sim, aptas a atuar em instâncias com maiores poderes de decisão.

Os dados ajudam a compreender (entre outras razões) porque a maioria dos participantes no OP são pessoas com 50 anos ou mais (55% do total dos participantes) (FEDOZZI, 2007; FEDOZZI *et al.*, 2013). Além disso, foi confirmada a expressiva assimetria nas condições de acesso às instâncias de representação dotadas de maior

grau de poder de decisão: como se observa na Tabela 2, participantes com mais de 50 anos correspondem a 47,7% do total de delegados/as. Esse percentual é ampliado para 64,7% entre conselheiras/os. Na amostra da presente pesquisa, não foi identificada nenhuma pessoa com idade inferior a 33 anos eleita como conselheira.

Tabela 2: Participantes por instância por faixa etária (%)

Faixa Etária	No OP deste ano, tu estás participando na condição de:		Total
	Conselheira/o	Delegado/a	
até 25 anos completos		11,4%	6,4%
de 26 a 33 anos	2,9%	11,4%	7,7%
de 34 a 41 anos	11,8%	11,4%	11,5%
de 42 a 49 anos	20,6%	18,2%	19,2%
de 50 a 59 anos	26,5%	31,8%	29,5%
60 anos ou mais	38,2%	15,9%	25,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: elaborado por João Paulo Pontes com base nos dados coletados

A investigação oferece elementos que permitem aceitar a hipótese de que o desenho institucional, os procedimentos para a tomada de decisões e as regras que orientam a composição das instâncias representativas no ciclo do OP, contribuem para a legitimação e a reprodução do adultocentrismo e da dominação gerontocrática nessa instituição participativa. Isso porque restringem as possibilidades de tematização pública de questões atinentes às relações geracionais, dentre outras²⁸, incentivam a agregação de interesses por meio do critério de maiorias (quantitativismo), limitam a expressão da pluralidade social e garantem a possibilidade de permanência de representantes por tempo indeterminado.

Tais aspectos constituem-se como entraves à participação de posições marginalizadas da cultura política hegemônica, como as pessoas entendidas como jovens. Contribuem também para a impossibilidade de que seja aprofundada a democracia no OP de Porto Alegre, bem como para que esse não avance em direção a elementos da democracia deliberativa.

28 O mesmo tipo de discrepância se pode observar no que diz respeito à dimensão das relações de gênero no Orçamento Participativo de Porto Alegre. Pesquisa realizada em 2009 (FEDOZZI/UFRGS e OBSERVAPOA, 2009 *apud* FEDOZZI *et al.*, 2013) aponta que, por mais que, à época, o percentual de mulheres na cidade de Porto Alegre fosse de 54,7% (IBGE, 2010), e por mais que o percentual de mulheres participando no Orçamento Participativo na condição de delegadas chegasse ao mesmo percentual (54,7%), estes percentuais se invertem quando se trata da instância com maior poder de decisão (o COP), tornando o número de mulheres (46,3%) inferior ao de homens (53,7%).

CONSIDERAÇÕES FINAS

Os resultados obtidos pela investigação indicam que a hipótese aventada é dotada de potencial heurístico para compreender os limites do OP quanto às relações geracionais. O adultocentrismo constitui-se como terreno ideológico de produção, legitimação e reprodução da dominação gerontocrática, tendo na ideia de experiência o principal capital simbólico orientador das estratégias de poder. A ideia de experiência tanto desestimula pessoas entendidas e que se entendem como jovens quanto justifica posições privilegiadas nas hierarquias de poder, mesmo entre pessoas na mesma faixa etária. Portanto, essa ideologia exerce dupla função, ambas imbricadas na legitimação e reprodução de relações de dominação. Como afirma Bourdieu (2004, p. 94):

todos os grupos empregam estratégias específicas para se produzir e se reproduzir, isto é, para criar e perpetuar sua unidade, logo, sua existência enquanto grupos, o que é quase sempre, e em todas as sociedades, a condição da perpetuação de sua posição no espaço social.

No presente caso, o adultocentrismo é, portanto, uma das principais estratégias de ascensão política no OP de Porto Alegre.

Os dados apontam, conseqüentemente, para a possibilidade de avanço no sentido da formulação de outros problemas de pesquisa sobre a longa história do OP, a partir de uma perspectiva não determinística: ter experiência é, de alguma forma, se adequar à cultura hegemônica (adultocêntrica)? Quais são os capitais simbólicos que agentes entendidos como jovens lançam mão para disputar posições e ascender nas instâncias hierárquicas da participação? Adaptam-se aos valores hegemônicos do adultocentrismo e buscam conservá-los diante de resistências provenientes de agentes tidos como jovens? Subvertem capitais adultocêntricos em detrimento da reprodução de quais outros capitais? Assim, a construção social das classificações simbólicas ancoradas em critérios etários, geracionais e/ou em estágios da vida poderia ser, por outro ponto de vista e com base em outros dados, questionada como definidora de modos similares e opostos de ser, pensar e agir no mundo. Eis desafios que continuarão a ser enfrentados como objetos de investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, 1997.
- ARIÈS, P. **História social da família e da criança**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.

- BAIERLE, S. **Lutas Urbanas em Porto Alegre**: entre a revolução política e o transformismo. Porto Alegre: Cidade – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos, 2007.
- BORGES, J. L.. Escola e disciplina: uma abordagem foucaultiana. **Revista Urutágua**, n. 5. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/005/05edu_borges.pdf>. 2004: Acesso em: 18 dez. 2015.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk Editora, 2007.
- BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL. **Lei n.11.129**, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem; cria a Conselho Nacional de Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis n.10.683, de 28 de maio de 2003, e n.10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 15 nov. 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Estatuto do idoso**. Lei n. 10741 de 1 de outubro de 2003. Brasília. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso em: 10 novembro 2010.
- DEBERT, Guita Grin. A cultura adulta e juventude como valor. Texto apresentado no ST13: **Imagens da Modernidade**: mídia, consumo e relações de poder. Anpocs, Caxambu, 2004.
- DICK, Hilário. **Gritos silenciados, mas evidentes**: jovens construindo juventude na história. São Paulo: Loyola, 2003.
- EISENSTADT, S. N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- EMMANUELLI, M. A clínica da adolescência. In: CARDOSO, Marta Resende; MARTY, François (orgs.). **Destinos da adolescência**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.
- FEDOZZI, L. Democracia participativa, lutas por igualdade e iniquidades da participação. In: FLEURY, Sonia, LOBATO, Lenaura (orgs.). **Participação, Democracia e Saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2009.
- FEDOZZI, L. **Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre – análise histórica de dados**: perfil social e associativismo, avaliação e expectativas. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.
- FEDOZZI, L.; FURTADO, A.; MACEDO, C. E. G.; PARENZA, C.; CRUZ, M.; BASSANI, V. D. S. **Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Perfil, avaliação e percepções do público participante. Porto Alegre: Hartmann, 2013.
- FEDOZZI, L.; MARTINS, A. L. B. Novas instituições participativas, representação e processos de elitização: a trajetória do Orçamento Participativo de Porto Alegre. **35º Congresso da ANPOCS**, Águas de Lindóia, 2012.
- FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1972.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

- LEVI, G.; SCHMITT, J-C. Introdução. In: LEVI, G. SCHMITT, J-C. (org.). **História dos jovens: da antiguidade à era moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACHI, Marialice Mencarini (org.). **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.
- MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, 1997.
- PAIS, J. M. “A construção sociológica da juventude: alguns contributos”. *Análise Sociológica*, v. 25, 1990
- PASINI, E.; PONTES, J. P. **Jovens Multiplicadoras de Cidadania construindo outra história!** Porto Alegre: Themis, 2007
- RENNÓ, L.; SOUZA, A. A metamorfose do Orçamento Participativo: mudanças de governo e seus efeitos em Porto Alegre. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 41, 2012.
- ROSEMBERG, F. “Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio”. **Pro-Posições**, v. 7, n. 3, 1997.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórico”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n.16, p. 5-22, 1990.
- SILVA, F. C. Democracia deliberativa: avaliando os seus limites. **II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política**. Fundação Gulbenkian, 2004 (mimeo).
- SPOSITO, M. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 3, 2000.
- TASSINARI, A. Concepções indígenas de infância no Brasil. **Tellus**, Campo Grande, ano 7, n. 13, p. 11-25, 2007.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.